

Relatório integral

Aborto em debate: questões éticas, morais e de saúde pública

Às 17h30 do dia 17 de abril de 2012, na sala 2 do Instituto de Ciências Biomédicas 1 (ICB 1) da Universidade de São Paulo (USP) foi realizado o debate intitulado: “Aborto em Debate: questões éticas, morais e de saúde pública”. Este evento é parte integrante da disciplina “Debates atuais em Ciências Biomédicas” (BMB5805) do Programa de Pós-graduação em Fisiologia Humana.

O debate foi estruturado da seguinte forma:

- leitura breve do currículo dos debatedores;
- 15 minutos para suas considerações iniciais de ambos os convidados;
- as perguntas do público presente quando direcionadas a algum dos convidados, este, tinha 3 minutos para responder, seguidos de 2 minutos de contra-resposta do outro debatedor, caso ele desejasse.

- caso a pergunta do público fosse direcionada aos dois, ambos respondiam em 3 minutos. Além disso, cada convidado tinha 2 minutos para rebater a fala do outro debatedor.

- a cada duas perguntas realizadas pelo público, os convidados podiam fazer perguntas uns aos outros. As respostas a essas perguntas deviam ser feitas no máximo em três minutos seguidos de 2 minutos para a réplica.

A comissão organizadora pautou-se na escolha de pessoas possuidoras de cargos de importância e influência no país e visivelmente antagônicos em relação ao assunto a ser debatido.

Os convidados para a discussão do tema proposto foram: a ex-senadora e professora titular aposentada do departamento de Sociologia da FFLCH/USP, Eva Blay. O outro debatedor convidado foi o ex-deputado federal e coronel da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Jairo Paes de Lira.

Segundo a Profª Drª Eva Blay, modificações nas leis e debates sobre direitos são temas frequentes da dinâmica da sociedade. Entretanto, devido a tendências de preservação de valores, mudanças drásticas sempre devem ser acompanhadas de democracia, caso contrário tais mudanças podem ser frutos de totalitarismo. Seguindo estes princípios, a discussão do aborto deve tomar corpo no contexto social atual.

O direito ao corpo, aqui particularmente o da mulher, é base para reflexão do direito ao aborto. Gestações indesejadas, como em casos de estupros, anencefalias, ou mesmo não planejadas resultantes de descuidos, segundo a debatedora, deveriam ter o livre consentimento da mulher para a continuação da gestação.

Por isso, as leis atuais deveriam ser revistas, a fim de garantir, segundo a debatedora, o direito da mulher. Assim, a procura por meios ilícitos para ter acesso ao aborto, como clínicas clandestinas, onde a mulher não possui devida atenção médica e muitas vezes têm sequelas de abortos mal feitos, não seria estimulada.

Por fim, o aborto seria uma solução para mulheres em estado de risco.

Em contrapartida, o Cel. Paes de Lira discorreu contra o aborto. Segundo ele, a inviolabilidade da vida e dignidade da pessoa humana, desde o momento da sua concepção, deve ser sobreposta a toda decisão sobre o assunto referido.

Segundo ele, devemos tomar fundamentos éticos inerentes à humanidade, preservando sempre a vida do próximo. Ao apresentar dados de pesquisa de opinião, demonstrou que a população brasileira em sua maioria é contra a liberação completa do aborto, apesar de não serem contrários às leis atuais que não penalizam a realização do aborto em casos de estupro e risco de vida para mulher.

Ainda, segundo dados do sistema único de saúde, casos de abortos mal feitos não representam número expressivo de mortalidade feminina, excluindo, portanto a ideia de que isto seria um problema de saúde pública no Brasil.

Por fim, segundo o debatedor, políticas de apoio a mulheres em risco durante a gestação deveriam receber maior atenção, a fim de garantir apoio integral neste momento da vida.

Concluindo, a temática abordada no debate foi bastante polêmica, sendo essencial para a formação de conceitos distantes da nossa rotina.

A não concretização do aborto garante os direitos do nascituro. Entretanto, é necessário criar políticas públicas de saúde e educação direcionadas aos adolescentes e as gestantes. Por fim, políticas de apoio integral às gestantes incapazes de levar a termo a gravidez devido a problemas sociais, financeiros e de saúde, devem ser prioridade do Estado a fim de minimizar os danos causados à mãe e ao nascituro.

Integrantes:

Rafael Barrera Salgueiro

Rennan de Oliveira Caminhotto

Tássia Santos Rodrigues da Costa

Thiago Belchior de Oliveira

Vinícius Coneglian Santos

Vitor Felitti